

A. I. Nº - 213080.0055/13-5
AUTUADO - TRANSPORTES JR 44 LTDA.
AUTUANTE - ORLANDINA FERREIRA SILVA
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 21/07/2014

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0111-05/14

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CORREIOS E TELÉGRAFOS. TRANSPORTE DE MERCADORIAS DE TERCEIROS SEM A CORRESPONDENTE NOTA FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Constatado o transporte de mercadorias de terceiros, desacompanhadas de documentação fiscal, é legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-lhe a condição de responsável solidário. O autuado apresenta DANF após a ação fiscal violando o art. 90 do RICMS/20012. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 13/08/2013, pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$7.803,24, em decorrência de transporte de mercadorias sem documentação fiscal, acrescido da multa de 100%.

Consta o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 179627.0004/13-5.

O autuado, à fl. 23 a 25 dos autos, aduz que não cabe a multa aplicada, pois não há infração. Aduz que no dia da autuação o motorista, ao contrário do que foi relatado, apresentou todos os DANFE's referentes às mercadorias transportadas, inclusive o de nº 45977 de 08.05.2013, objeto da autuação.

Conclui que, assim, não há infração.

O autuante, à fl. 48, afirma que a infração foi constatada no Posto Fiscal Honorato Viana, em que ficou constatada a divergência entre as mercadorias efetivamente transportadas, tendo sido lavrado o Termo de Ocorrência, devidamente assinado pelo motorista, que transportava as mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal.

Afirma que o documento acostado pelo impugnante, à fl. 26, não produz prova que elida a exigência, pois falta elementos identificadores, da placa do veículo, o transportador contratado pela prestação do serviço é o senhor Wilson Silva Ribeiro e as mercadorias foram transportadas pela empresa TRANSPORTES JR 44 LTDA., o campo informações complementares também encontra-se em branco, carecendo de demais esclarecimentos que elidam a correção do procedimento fiscal.

VOTO

O Auto de Infração em lide trata do transporte de mercadorias tributáveis sem a documentação fiscal pertinente, sendo atribuída a responsabilidade por solidariedade ao transportador.

Verifico que consta termo de apreensão de mercadorias à fl. 07 e 08 dos autos, indicando que foram apreendidas 210 cx de Charque Ponta de Agulha (P.A.) 1x30 ne 60 cx de J. Beef Lagarto Plano 3x10 e 30 cx de Jerked Beef Cupim 3x10, desacompanhadas de documentação fiscal.

O sujeito passivo alega que o documento DANFE acostado, à fl. 26, acoberta a circulação de mercadoria, contudo, além de ter sido apresentado posteriormente a ação fiscal, não poderia produzir prova, mesmo que apresentado durante a aludida ação, pois a placa do veículo, o transportador contratado pela prestação do serviço é o senhor Wilson Silva Ribeiro e as mercadorias foram transportadas pela empresa TRANSPORTES JR 44 LTDA., a data de saída da mercadoria está de 08/05/2014, mais de um mês antes da apreensão, fato que se observa nos demais DANF's, o carimbo do Posto Fiscal Bahia Goiás é de 12/05/013, o campo informações complementares também encontra-se em branco, carecendo de demais esclarecimentos.

Assim, verifico que o DANF que deveria ser apresentado durante a circulação da mercadoria conforme art. 90 do RICM/2012, só o foi depois na defesa, posteriormente, além do transporte, apesar de coincidir a placa, não coincide quanto ao transportador.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **213080.0055/13-5**, lavrado contra a **TRANSPORTES JR 44 LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.803,24**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, "a", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de junho de 2014.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - PRESIDENTE/RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO - JULGADOR